ESTADO DA PARAÍBA

AO EXPEDIENTE DO DIA

Assembléia Legislativa

Casa de Eptácio Pessoa

25 de 03 de 19 98
Em 24 de 03 de 19 98

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 946/98

Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente

Em 25 de 03 de 98

Director da Ass. ao Plenário

Reconhece de Utilidade
Pública o Centro de Edu-
cação Popular e Ação Cris-
tã - CEPAC e dá outras
providências.

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública o Centro de Educação Popular e Ação Cristã - CEPAC, com sede no Município de Teixeira, à Rua: Dr. Manoel Dantas, s/nº.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de março de 1998

Dep. Luiz Couto-PT.PB.

ESTADO DA PARAÍBA
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

JUSTIFICATIVA

O Centro de Educação Popular e Ação Cristã - CEPAC é uma organização não governamental de estrutura organizativa, interna e externa, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, que embora esteja sediada na cidade de Teixeira, à Rua Dr. Manoel Dantas, s/n °, tem como área de atuação 13 municípios da região da Serra do Teixeira que são: Taperoá, Livramento, Desterro, Cacimbas, Teixeira, Maturéia, Imaculada, Água Branca, Jurú, Tavares, Princesa Izabel, São José e Manaira.

Esta entidade foi constituída em junho de 1997, após algumas reflexões de seus integrantes quanto a importância de uma organização com o caráter democrático, que pudesse preencher alguns espaços de inserção popular na sociedade, atendendo demandas importantes, sobretudo no que se refere a capacitação e socialização de informações, no meio popular, a fim de assegurar condições e meios para o exercício da cidadania. Alguns de seus objetivos que caracteriza sua fundamental importância para a sociedade e para aqueles municípios da sua área de atuação: - proporcionar capacitação associativista e de cooperação, através da educação popular, na perspectiva de contribuir para o exercício da cidadania; - exercer todas as atividades e serviços junto aos excluídos do processo de desenvolvimento (setores marginalizados e explorados da população) e, as demais camadas sociais interessadas na conquista da democracia, na justiça social e no exercício da cidadania; - desenvolver trabalhos junto a grupos populares da região (pequenos produtores rurais, rendeiros, parceiros, ocupantes, etc) no que se refere a utilização dos recursos naturais (solo, água, etc) com a introdução de técnicas simples que possam ser absorvidas e implantadas pelos grupos envolvidos, favorecendo ao equilíbrio ecológico e evitando a desertificação; - participar de todos os esforços de articulação e intercâmbio entre as organizações dedicadas a causa cristã.

ESTADO DA PARAÍBA
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Por toda sua colaboração na formação da consciência de novos cidadãos e pela sua efetiva contribuição a sociedade paraibana, é que se faz jus o seu reconhecimento como de utilidade pública.

Sala das Sessões , 23 de março de 1998

Dep. Luiz Couto - PT.PB.

ESTADO DA PARAÍBA
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Documentação constante:

- 1) Estatuto da entidade
- 2) Declaração de pleno funcionamento
- 3) CGC
- 4) Certidão de Personalidade Jurídica
- 5) Ata de Fundação

5

Bel. Hermógenes Braz dos Santos
— Promotor de Justiça —

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ
Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba - Brasil

ESTATUTO SOCIAL

06

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Assessoria do Plenário
Estado da Paraíba

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO
Jarbas Lázaro Morais Rocha
TABELIÃO
Maris Avastí Costa Rocha
PRIMEIRA ESCRIVINTE
Albany Alexandre Florenço
SEGUNDA ESCRIVINTE
TEIXEIRA — PARAÍBA

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1. Com a denominação de **CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ - CEPAC**, fica constituída uma entidade com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Teixeira, Estado da Paraíba.

Art. 2. São objetivos do CEPAC

- a) Colaborar com o processo democrático e de exercício da cidadania desenvolvido pelas organizações populares;
- b) Proporcionar capacitação associativista e de cooperação, através da Educação Popular, na perspectiva de contribuir para o exercício da cidadania.
- c) Exercer todas as atividades e serviços junto aos excluídos do processo de desenvolvimento (setores marginalizados e explorados da população) e, as demais camadas sociais interessadas na conquista da democracia, na justiça social e no exercício da cidadania;
- d) Proporcionar formação sócio-política e bíblico-catequética à animadores de comunidades e integrantes dos quadros das organizações populares da Região;
- e) Oferecer as organizações comprometidas com o desenvolvimento socialmente justo e economicamente sustentável (associações, cooperativas etc.) apoio para encontros, congressos, reuniões e serviços auxiliares;
- f) Desenvolver trabalhos junto a grupos populares da Região (pequenos produtores rurais, rendeiros, parceiros, ocupantes, etc.) no que se refere a utilização dos recursos naturais (solo, água, etc.) com a introdução de técnicas simples que possam ser absorvidas e implantadas pelos grupos envolvidos, favorecendo ao equilíbrio ecológico e evitando a desertificação;
- h) Participar de todos os esforços de articulação e intercâmbio entre as organizações dedicadas a causa cristã.
- i) Constituir e manter espaços para difundir e melhorar a comunicação cristã, favorecendo ao projeto de evangelização.

Bel. Hermógenes Araújo Santos
- Promotor de Justiça -

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ

Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba - Brasil

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO
Jarbas Lázaro Morais Rocha
TABELEIRO
Marta Avastiz Costa Rocha
PRIMEIRA ESCRIVENTE
Albany Alexandre Florenço
SEGUNDA ESCRIVENTE

PARÁGRAFO ÚNICO: Todas as atividades do CEPAC serão desenvolvidas com cuidadosa observância ao equilíbrio na relação de gênero.

Art. 3. Para a consecução dos seus objetivos e finalidades, o CEPAC promoverá cursos, oficinas, conferências, treinamentos, palestras, seminários, debates e outras formas de intervenção no espaço educativo e Cultural da sociedade.

Art. 4. Para atingir seus objetivos e finalidades, o CEPAC intercambiará com outras entidades Nacionais e/ou Internacionais, estabelecendo convênios, propondo projetos e programas a serem desenvolvidos na sua área de intervenção.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5. Poderão fazer parte do quadro de associados pessoas físicas que estejam de acordo com as normas definidas neste estatuto e, estejam regularmente inscritas através de propostas aprovadas pelo conselho coordenador do CEPAC.

PARÁGRAFO ÚNICO: Obedecidas as normas do presente estatuto, os sócios serão admitidos sem qualquer distinção de raça, credo ou profissão, desde que tenha comprovada idoneidade e compromisso com as causas cristãs.

Art. 6. São direitos dos associados:

- a) Participar, votando e sendo votado nas reuniões e assembleias gerais;
- b) Sugerir programas de trabalho, atividades e participar delas, respeitando as formas previstas neste estatuto;

Art. 7. São deveres dos associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir este estatuto;
- b) Colaborar com o desenvolvimento das atividades do CEPAC;
- c) Cumprir com pontualidade os compromissos assumidos perante o CEPAC.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ
Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba - Brasil

Bel. Hermógenes ...
- Promotor de Justiça -

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS DO CEPAC

Art. 8. São órgãos do CEPAC:

- A assembleia geral dos sócios;
- O conselho coordenador
- O conselho fiscal

SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9. A assembleia geral dos sócios será constituída pela totalidade dos sócios - fundadores e efetivos

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios fundadores serão aqueles que assinarão a ata de fundação, enquanto que os efetivos serão aqueles que se associarão após a fundação do CEPAC.

Art. 10. A assembleia geral se reunirá:

- Ordinariamente na segunda quinzena de novembro para avaliação e na segunda quinzena de fevereiro de cada ano para aprovar as contas apresentadas pelo conselho coordenador e decidir sobre a programação das atividades anuais;
- Extraordinariamente quando convocada pelo conselho coordenador, por um terço dos seus sócios ou ainda pelo coordenador geral.

Art. 11. Compete a assembleia geral:

- Decidir sobre a prestação de contas;
- Deliberar sobre a aprovação do regimento interno, bem como, sua reformulação;
- Reformular o presente estatuto;
- Deliberar sobre a programação das atividades;
- Dissolução do CEPAC;
- Eleger os membros do conselho coordenador e conselho fiscal, tricenariamente, no mês de junho.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ
Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba

Bel. Hermógenes Bezerra Santos
Promotor de Justiça

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO
Jarbas Lázaro Morais Rocha
TABELIAO
Maria Ayasil Costa Rocha
PRIMEIRA ESCREVENTE
Rany Alexandre Florenato
SEGUNDA ESCREVENTE
TEIXEIRA - PARAÍBA

SEÇÃO I - DO CONSELHO COORDENADOR

Art. 12. O conselho coordenador é um órgão de decisão, direção e execução do CEPAC, nas formas e regras instituídas no presente estatuto.

Art. 13. O conselho coordenador será composto de 04 (quatro) membros: coordenador geral, vice-coordenador, secretário e tesoureiro, eleitos em assembleia geral, em votação secreta, para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleito quaisquer de seus membros e/ou todos os membros.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eleição do primeiro conselho coordenador será, por aclamação na assembleia de aprovação do presente Estatuto

Art. 14. Cabe ao conselho coordenador:

- Cumprir e fazer cumprir o conjunto de normas definidas neste estatuto;
- Contratar e demitir funcionário, de acordo com a aprovação da assembleia geral, bem como, encaminhar a política de cargos e salários do CEPAC;
- Decidir sobre a aprovação das propostas para a admissão de associados;
- Convocar assembleias gerais e reuniões;
- Destituir associados garantindo sempre o direito de defesa;
- Elaborar em conjunto com os executantes a proposta de trabalho anual a ser submetida e aprovada pela assembleia geral;
- Prestar contas anualmente ao conselho fiscal, num prazo de até 30 (trinta) dias antes da data da assembleia geral ordinária;
- Propor convênios de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais a serem aprovados pela assembleia geral;
- Decidir as questões omissas neste estatuto.

Art. 15. Cabe ao coordenador geral representar o CEPAC, internamente externamente, nas formas previstas e, nas seguintes:

- Representar legalmente o CEPAC em juízo e fora dele;
- Firmar convênios, apresentar projetos e outras atividades aprovadas pela assembleia geral;

9.

Del. Hermógenes *[Handwritten Signature]*
- Promotor de Justiça -

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ
Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO
Jarbas Lázaro Morais Rocha
TABELIÃO
Maria Avastiz Costa Rocha
PRIMEIRA ESCRIVENTE
Alvaro Alexandre Florencio
SEGUNDA ESCRIVENTE
TEIXEIRA - PARAÍBA

- c) Assinar com o secretário as correspondências e outras atividades a nível de secretaria;
- d) Assinar com o tesoureiro o movimento das contas financeiras e balancetes;
- e) Presidir o conselho coordenador e demais órgãos do CEPAC;
- f) Delegar poderes aos membros do conselho coordenador para representar o CEPAC.

Art. 16. Compete ao vice-coordenador:

- I. Colaborar com o coordenador geral para o bom êxito das ações do CEPAC;
- II. Substituir o coordenador geral nos seus impedimentos.

Art. 17. Compete ao secretário executar todos os serviços e encargos da secretaria, especialmente os que dizem respeito as correspondências, atas, relatórios e atividades congêneres.

Art. 18. Compete ao tesoureiro administrar o patrimônio, a receita e as aplicações financeiras do CEPAC, assim como os serviços de contabilidade, além de assinar com o coordenador geral o movimento das contas financeiras e o balancete.

SEÇÃO II - DO CONSELHO FISCAL

Art. 19. O conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros eleitos em assembléia geral, juntamente com o conselho coordenador.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os membros do conselho coordenador não poderão fazer parte do conselho Fiscal.

Art. 20. O conselho fiscal tem incumbência de examinar, fiscalizar e emitir parecer sobre todos os assuntos contábeis e patrimoniais do CEPAC.

CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO

Art. 21. O patrimônio do CEPAC será constituído:

- a) Por doações e subvenções;

10

Doc. ...
- Promotor de Justiça -

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ
Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba - Brasil

DEPARTAMENTO DE OFÍCIO ÚNICO
Jarbas Lázaro Moraes Rocha
TABELIÃO
Maria Avasthi Costa Rocha
PRIMEIRA ESCRIVENTE
Albany Alexandre Florenço
SEGUNDA ESCRIVENTE

- b) Por recursos financeiros provenientes de entidades Nacionais e Internacionais de cooperação para o desenvolvimento, mediante convênios firmados e/ou projetos apresentados e aprovados pelas entidades envolvidas;
- c) Pelo resultado de suas atividades e promoções
- d) Pelos bens móveis e imóveis que vier a possuir.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de dissolução, os bens patrimoniais do CEPAC serão destinados à entidades que tenham objetivos semelhantes, cuja decisão e encaminhamentos ficará a cargo da assembleia geral, convocada especificamente para esse fim.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- Art. 22. A filiação do CEPAC à organizações de instâncias superiores deverá ser aprovada pela assembleia geral.
- Art. 23. O CEPAC não apoiará iniciativas de caráter político partidário.
- Art. 24. A área de abrangência geográfica do CEPAC será a Forania da Serra.
- Art. 25. Os cargos do conselho coordenador e fiscal, não serão remunerados, entretanto, seus titulares poderão, receber ajuda de custo para eventuais despesas quando estiverem a serviço do CEPAC.
- Art. 26. Para a execução de suas atividades o CEPAC poderá contratar, na forma da Lei, profissionais para integrar sua equipe executiva, cuja decisão de admissão ou demissão será tomada pela Assembleia Geral, podendo os mesmos serem sócios ou não.
- Art. 27. Toda aquisição ou alienação de bens imóveis dependerá da aprovação do assembleia geral;

11

Del. Hermógenes dos Santos
— Promotor da Justiça —

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ
Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba - Brasil

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO
Jarbas Lázaro Morais Rocha
TABELIÃO
Maria Avasthi Costa Rocha
PRIMEIRA ESCRIVENTE
Albany Alexandre Florencio
SEGUNDA ESCRIVENTE
TEIXEIRA - PARAIBA

Art. 28. Os sócios não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da sociedade, nem por ações isoladas de dirigentes de órgãos que integram a estrutura interna do CEPAC.

Art. 29. Cabe recurso à assembleia geral de todas as decisões tomadas pelo conselho coordenador.

Art. 30. Este estatuto entrará em vigor a partir da data de aprovação pela assembleia geral de fundação.

Aprovado pela assembleia geral realizada no dia 10 de junho de 1997.

[Handwritten signatures and names:]
F. Lpedet...
Márcia de Fátima Alves Rabelo
Paulo Sérgio do Nascimento Rosário
João de Deus
João Damasceno de Sousa
Alfonso Dantas de Sousa
José J. Cruz
Jurelene Penacior de Sousa
Maria Alves de Farias
Silvestre Nunes de Souza
Fernanda Maria de Sousa
Valone Dias Oliveira
Marta de Fátima Brito Gomes

12

Del. Hermógenes
- Promotor de Justiça

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ

Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO

- Jarbas Lázaro Moraes Rocha
TABELEIRO
- Maria Avastí Costa Rocha
PRIMEIRA ESCRIVENTE
- Albany Alexandre Florenco
PRIMEIRO

ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO E ELEIÇÃO DO CONSELHO COORDENADOR E FISCAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ - CEPAC, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1997, NA CIDADE DE TEIXEIRA-PB.

Aos 10 (dez) dias do mês de junho de Mil Novecentos e Noventa e Sete (1997), às nove horas (9:00) na Cidade de Teixeira - PB, na Casa Pastoral, na Rua Dário Ramalho, S/N - Centro, realizou-se a Assembléia de Fundação e a primeira Assembléia Eleitoral do Centro de Educação Popular e Ação Cristã - CEPAC. Estavam presentes todos os sócios fundadores, num total de treze (13). De início foram feitas algumas considerações, por José Dias Campos, acerca da importância de um Estatuto na vida de uma Entidade. Em seguida, Pe. Espedito Caetano da Silva, que presidiu a Assembléia, iniciou a leitura da proposta de Estatuto, explicando cada capítulo, artigos e parágrafos. Em seguida, após a sugestão de algumas modificações, a proposta de Estatuto foi submetida a votação, tendo sido aprovada pela unanimidade dos presentes, ficando então constituída o Centro de Educação Popular e Ação Cristã, cuja sigla será: CEPAC. Em seguida, abriu-se um espaço para que os associados pudessem manifestar-se no sentido de apresentar uma chapa compondo os cargos do Conselho Coordenador e Fiscal. A eleição foi feita por aclamação, através do voto direto, de acordo com o Artigo 13, parágrafo Único do Estatuto Social. Verificado o resultado da votação, ficou, assim, constituída a primeira diretoria do CEPAC: **COORDENADOR GERAL:** Pe. Espedito Caetano da Silva; **VICE-COORDENADOR:** José Dias Campos; **SECRETÁRIO:** José Rêgo Neto; **TESOUREIRO:** Maria de Fátima Nunes Rabelo; **CONSELHO FISCAL:** Erminia Maria de Lima, João Damasceno de Sousa e Valone Dias Oliveira. Após a composição da Diretoria e Conselho Fiscal do CEPAC, os eleitos foram empossadas nos seus devidos cargos, para um mandato de 03 (três) anos, conforme prevê o Artigo 13 do Estatuto Social. Em seguida, não havendo mais nada a tratar, a Assembléia foi dada por encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos (10:45) do mesmo dia e, eu, José Rêgo Neto, secretário lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada, será assinada por mim e os demais presentes. Teixeira-PB, 10 de junho de 1997.

João Rêgo Neto
José Dias Campos
Maria Alves de Farias
Gilberto Nunes de Souza
Erminia Maria de Lima
Valone Dias Oliveira
João Damasceno de Sousa
Pe. Espedito Caetano da Silva

43

ASSEMBLEIA LEG
14
Plenário
da Câmara

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECAÇÃO		CGC VÁLIDO ATÉ 30/06/1998		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.974.972/0001-40	
NATUREZA JURÍDICA 302-6 ASSOCIAÇÃO		CGC		ATIVIDADE PRINCIPAL 9199-5	
DROGA DA RF 0430104 - FATOS		CGC		CPF DO RESPONSÁVEL 872.531.354-15	
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTA					
NOME DE FANTASIA CGC					
LOGRADOURO RUA DR MANOEL DANTAS		NÚMERO CGC		COMPLEMENTO CGC	
CEP 58735-000	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TEIXEIRA		UF PE	
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA OUTRAS ATIV ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS CGC					

24/07/1997 AS 17:56:37

16598 - 2

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ
Rua Dr. Manoel Dantas, S/N
C.G.C. Nº 01.974.972/0001-40
CEP: 58735-000 - Teixeira - Paraíba - Brasil

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o **CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CRISTÃ - CEPAC**, com sede na cidade de Teixeira - PB, na Rua Dr. Manoel Dantas S/N , C.G.C. Nº 01.974.972/0001-40, tendo como área de atuação 13 municípios da Serra do Teixeira (Taperoá, Livramento, Desterro, Cacimbas, Teixeira, Maturéia, Imaculada, Água Branca, Jurú, Tavares, Princesa Isabel, São José e Manaíra, registrado no livro de pessoa Jurídica do Cartório de Ofício Único da Comarca de Teixeira-PB, encontra-se em pleno funcionamento.

A referida é verdade, dou fé.

Teixeira - PB, 12 de março de 1998

Pe. Espedito Caetano da Silva
Coordenador Geral / CEPAC

15
Eu, MARIA AVASTI COSTA ROCHA, Oficiala Substituta do Serviço
Registral de Títulos e Documentos da Comarca de Teixeira-PB,
na forma da Lei, etc...

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO
Jarbas Lázaro Morais Rocha
TABELIÃO
Maria Avasti Costa Rocha
PRIMEIRA ESCRIVENTE
Albany Alexandre Florencio
SEGUNDA ESCRIVENTE
TEIXEIRA — PARAÍBA

C E R T I D ã O

CERTIFICO a requerimento verbal de
pessoa interessada que, revendo neste Serviço Registral de
Títulos e Documentos da Comarca de Teixeira-PB, os LIVROS
e REGISTROS GERAIS, neste Serviço Registral, deles consta -
tei que no LIVRO B-5, folhas 79v a 69v a 70, Matricula
609, se encontra registrada a Ata da Assembléia de Funda
ção e Eleição do Primeiro Conselho Coordenador e Fiscal do
Centro de Educação Popular e Ação Cristã - CEPAC, registra
da em 04 de julho de 1997, E o Estatuto do Referido Centro
se encontra registrado sob matricula nº 610 fls. 70 a 71 do
livro B-5, em 04 de julho de 1997. NADA digo, O referido é
verdade, dou fé. Teixeira, 05 de julho de 1997. Eu a Oficiala
Substituta do Serviço Registral de Títulos e Documentos
da Comarca de Teixeira-PB. MARIA AVASTI COSTA ROCHA.....

NADA MAIS se continha em dita Certi -
dão que aqui fielmente datilografei do próprio original, nes
te Serviço Registral, a qual me reporto, dou fé, subscrevo
e assino em público e raso. Teixeira-PB, 05 de julho de 199
7. Eu, Maria Avasti Costa Rocha ;
A Oficiala Substituta do Serviço Registral a subscrevi e as
sino, dou fé.

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO
Jarbas Lázaro Morais Rocha
TABELIÃO
Maria Avasti Costa Rocha
PRIMEIRA ESCRIVENTE
Albany Alexandre Florencio
SEGUNDA ESCRIVENTE

Registrado no Livro de Plenário
das Fis. 040 L. 03 Sob No 976/98
em 24 / 03 / 1998

Publicado no Diário de Poder
Legislativo do Dia / /
de 19
M / / 19

SECRETARIA

Remetido à Secretária Legislativa
Em 21 / 04 / 1998

[Signature]
Diretor de Ass. ao Finário

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Em 31 / 03 / 1998

[Signature]
Secretaria Legislativa

Designo como Relator
o Deputado Antônio Foa
Em 31 / 03 / 1998

Zenônio T-111111

Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 976/98

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA O
CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO
CRISTÃ-CEPAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR : O DEPUTADO LUIZ COUTO
RELATOR : O DEPUTADO ANTÔNIO IVO

PARECER: Nº 370/98

1 - RELATÓRIO:

Veio para esta Comissão Técnica Permanente de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei nº 976/98, da autoria do ilustre deputado Luiz Couto pretendendo através deste, que esta Casa Legislativa Declare como de Utilidade Pública o Centro de Educação Popular e Ação Cristã CEPAC, com sede no município de Teixeira, neste Estado. A matéria constou no Expediente desta Casa Legislativa de acordo com a norma regimental e agora é objeto de estudo e análise deste Órgão Técnico que no final emitirá seu parecer.

É O RELATÓRIO .

2 - A pretensão do eminente parlamentar, é sob todos os aspectos por demais legítima, uma vez que a matéria encontra-se devidamente instruída de toda a documentação exigida pela legislação pertinente à espécie, como também pela sua iniciativa em apresentar proposição desta natureza. Este reconhecimento público através de lei, é o instrumento imprescindível à toda Entidade que promove no âmbito Estadual, política voltada para o bem estar social e cultural de uma comunidade.

ESTADO DA PARAÍBA
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Portanto, esta relatoria além de reconhecer o mérito dos relevantes trabalhos desenvolvidos por aquela entidade assistencial e tendo em vista que não encontrou nenhum entrave Jurídico, Formal e Constitucional que pudessem obstaculizar sua pacífica tramitação e conseqüente aprovação pelo douto Plenário deste Poder Legislativo Estadual, se manifesta totalmente favorável pela aprovação do Projeto de Lei nº 976/98, na sua forma original, isto é, sem restrições por considerá-lo **CONSTITUCIONAL**.

É O VOTO

PARECER DA COMISSÃO :

Dep. Antonio Ivo - Relator

Zenóbio Toscano

Reunida na totalidade dos seus membros titulares, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, decidiu por unanimidade adotar e recomendar nos termos do retro parecer do senhor relator, o ilustre deputado Antônio Ivo que foi pela aprovação do Projeto de Lei nº 976/98, por considerá-lo **CONSTITUCIONAL**.

É O PARECER.

Sala da Comissão, 06 de abril de 1998

Zenóbio Toscano
Dep. Zenóbio Toscano
PRESIDENTE / RELATOR

Fernando Melo
Dep. Fernando Melo
MEMBRO

Vital Filho
Dep. Vital Filho
MEMBRO

Tarcizo Telino
Dep. Tarcizo Telino
MEMBRO

Antônio Ivo
Dep. Antônio Ivo
RELATOR

Luiz Couto
Dep. Luiz Couto
MEMBRO

Antônio Ivo
Dep. Antônio Ivo
MEMBRO

João Paulo
JOÃO PAULO

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epiácio Pessoa

OFÍCIO Nº 1.591/98

João Pessoa, em 29 de abril de 1998.

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 976/98, de autoria do Deputado LUIZ COUTO, que "Reconhece de Utilidade Pública o Centro de Educação Popular e Ação Cristã - CEPAC, e dá outras providências"

Atenciosamente,

INALDO LEITÃO
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR DO ESTADO
N E S T A

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 457/98
PROJETO DE LEI Nº 976/98

Reconhece de Utilidade Pública o Centro de Educação Popular e Ação Cristã – CEPAC, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública o Centro de Educação Popular e Ação Cristã – CEPAC, com sede no Município de Teixeira, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em,
João Pessoa, 29 de abril de 1998.**

INALDO LEITÃO
Presidente